

O Professor e Pesquisador Estrangeiro na Universidade Brasileira

Ernâni Lampert

RESUMO

O estudo, que abarca duas partes distintas, porém concatenadas entre si, aborda o professor e pesquisador visitante estrangeiro em exercício nas universidades públicas do Estado do Rio Grande do Sul. No segmento de natureza teórica são descritos os preceitos legais de contratação desses profissionais e analisados os efeitos contraditórios desse processo. A segunda parte enfoca a metodologia utilizada, a análise de dados, as inferências da investigação e as considerações finais decorrentes deste estudo.

Palavras-chave: Professor e pesquisador estrangeiro – Universidade brasileira – Pesquisa.

1 - Fundamento Teóricos

Professor/pesquisador estrangeiro é tema ainda pouco investigado. À exceção do aspecto legal (lei, medidas provisórias) e do programa da Fundação Co-

ordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES), são limitadas as divulgações em nível nacional sobre essa polêmica e desafiante questão, num período em que a universidade está atravessando uma das piores crises de sua história. Estudar essa problemática implica analisar a universidade brasileira dentro do atual contexto e considerar a crise - produto de um sistema po-

lítico e econômico que ancora a educação como um subproduto da economia. "Trata-se da crescente subordinação ao 'econômico' e da transformação da própria educação em mercadoria" (Ball, 1998, p. 122). Este trabalho focaliza o professor e pesquisador visitante estrangeiro à luz da Lei n.º 8.745/93 e do Programa de Professor Visitante da CAPES. Ambas as formas de contratação são utilizadas, quer em vista da carência de recursos humanos, quer pela relevante contribuição desses profissionais à universidade e à sociedade brasileira.

Ernâni Lampert

*Doutor em Educação,
Universidade Pontifícia
de Salamanca, Espanha
Professor Adjunto
da Fundação
Universidade
do Rio Grande*

Atendendo o que preceitua o inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal do Brasil de 1988 - "a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público" - o Congresso Nacional, através da Lei n.º 8.745, sancionada pelo então Presidente da República Itamar Franco, em 9 de dezembro de 1993, dispõe que os órgãos da Administração Federal direta, as autarquias e as fundações públicas poderão efetuar contratação de pessoal por tempo determinado. Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público:

- I - assistência a situações de calamidade pública;
- II - combate a surtos endêmicos;
- III - realização de recenseamentos;
- IV - admissão de professor substituto e professor visitante;
- V - admissão de professor e pesquisador visitante estrangeiro;
- VI - atividades especiais nas organizações das Forças Armadas para atender a área industrial ou encargos temporários de obras e serviços de engenharia.

A Lei determina que o recrutamento do pessoal a ser contratado será efetuado mediante processo seletivo simplificado, sujeito a ampla divulgação, inclusive através do Diário Oficial. A admissão de professor e pesquisador visitante estrangeiro poderá ser efetuada em vista de notória capacidade técnica ou científica de profissionais, mediante análise do *curriculum vitae*. As contratações serão feitas por tempo determinado e improrrogável, que, no caso do professor e pesquisador estran-

geiro, será de até quatro anos. Os contratos poderão ser prorrogados, desde que o prazo total não ultrapasse quatro anos. As contratações somente poderão ser efetuadas com observância da dotação orçamentária específica e prévia autorização do Ministro de Estado e/ou Secretário da Presidência da República. Cópias dos contratos efetuados deverão ser encaminhadas à Secretaria da Administração Federal para controle. A remuneração do professor e pesquisador visitante estrangeiro será fixada em importância não superior ao valor da remuneração constante dos planos de retribuição ou dos quadros de cargos e salários do serviço público para servidores que desempenham função semelhante, não se considerando as vantagens de natureza individual. O pessoal contratado não poderá: receber atribuições, funções ou encargos não previstos no contrato; ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança; ser novamente contratado. As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado serão apuradas mediante sindicância que deverá ser concluída no prazo de trinta dias e assegurada ampla defesa. O contrato será extinto, sem direito a indenização, pelo término do prazo contratual ou por iniciativa do contratado.

Cabe destacar que artigos da Lei n.º 8745/93 têm sido alterados por medidas provisórias - prática convencional no governo de Fernando Henrique Cardoso -, contudo, sem que seja descaracterizada sua essência.

O Programa de Professor Visitante é um instrumento de que a CAPES lança mão para a execução de sua política de desenvolvimento do sistema de pós-graduação do País. Objetiva contribuir para o aprimoramento do desempenho das instituições de ensino superior brasileiro na execução de planos e projetos relevantes. Fundamenta-se na crença de que o intercâmbio entre centros de ensino e de pesquisa é imprescindível à consecução dos objetivos, notadamente à consolidação de programas de pós-graduação e à garantia de condições para o cumprimento de planos institucionais de capacitação de docentes do ensino superior. O programa objetiva: apoiar a execução de planos institucionais ou consolidação de programas de pós-graduação *stricto sensu* para aprimorar o desempenho das instituições de ensino superior; incentivar as instituições de ensino superior a definirem seus programas de professor visitante; possibilitar que professores de grande competência provenientes dos mais avançados centros de ensino e pesquisa nacionais ou internacionais possam desenvolver atividades científicas relevantes; contribuir para a execução de planos institucionais de capacitação docente do ensino superior, possibilitando dessa forma a participação de cientistas de alto nível junto ao corpo docente/discente das instituições apoiadas; viabilizar a efetivação de intercâmbio científico.

No que tange à operacionalização do Programa do Professor Visitante, a coordenação geral cabe à Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional - CDI, que é vinculada à Superintendência de Programas no País, da CAPES, e a coordenação em nível

institucional ficará a cargo da Pró-Reitoria de Pós-Graduação. Cabe à CAPES: estabelecer as diretrizes e normas e definir as linhas especiais de ação do programa; selecionar os candidatos e decidir sobre as bolsas a serem concedidas; pagar os benefícios concedidos aos selecionados; avaliar o desempenho do programa e conceder bolsas e/ou desligar instituições do programa. Às instituições participantes cabe: cumprir as diretrizes e normas; gerar a infraestrutura de pesquisa e de ensino; definir e cumprir o programa institucional do professor visitante. À Pró-Reitoria de Pós-Graduação cabe: coordenar a participação da instituição e constituir-se no interlocutor da CAPES; submeter à avaliação da CAPES as solicitações de apoio prioritárias; apresentar relatórios e documentos necessários à solicitação, à implementação, à manutenção e ao encerramento de bolsas do programa; divulgar, no âmbito da instituição, as diretrizes, normas e comunicados da CAPES. Cabe ao curso ou programa solicitante, entre outras atribuições, definir a atuação do professor visitante face às necessidades do departamento, curso ou área; fundamentar os pedidos de bolsas; assegurar o suporte necessário ao visitante.

Quanto às categorias de professor visitante admitidas pelo programa, a CAPES oferece quatro opções, observando-se duas ordens de critérios, quanto à procedência do candidato (nacional ou estrangeiro). É assegurado, basicamente, o mesmo tratamento para essas categorias de visitante, quanto à vinculação do candidato ao mercado de trabalho. Distingue-se o professor visitante com vínculo empregatício do aposentado.

A CAPES estabelece como condições à instituição proponente: que esta seja participante do PACDT; possua infra-estrutura requerida pelo programa; esteja situada, no mínimo, a 400 quilômetros de distância daquela à qual se vincula o candidato à bolsa ou pela qual o professor tenha se aposentado. Por sua vez, são requisitos do programa solicitante: que mantenha curso de pós-graduação *stricto sensu* (ser avaliado e apoiado pela CAPES e/ou recomendado pelo GTC); comprove a necessidade de atuação do professor visitante e não esteja em débito com o programa quanto à apresentação de relatórios, etc.

As modalidades de contrato em foco devem ser vistas de diferentes olhares, destacando-se os aspectos positivos e denunciando-se o aparato ideológico que está por trás desse processo. A universidade pode contar no seu quadro com professor e pesquisador visitante estrangeiro renomado no cenário internacional, que se desloca de seu país de origem com o intuito de colaborar no desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão. Sabe-se que a universidade brasileira, principalmente pela grande quantidade e qualidade dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, destaca-se na América Latina e até no cenário intercontinental, mas, mesmo assim, com exceção em algumas áreas do conhecimento humano, ainda pouco desenvolve em pesquisa de qualidade. "A universidade brasileira quase não desenvolve pesquisa pura, a maioria nem pesquisa aplicada e algumas não desenvolvem pesquisa alguma". (Inácio Filho, 1989, p. 191). De acordo com Paiva & Lima (1998), o Brasil é o país da América Latina

que mais produz pesquisa científica; porém, se analisados os dados do Institute for Scientific Information (ISI), que contabiliza o número de vezes em que cada trabalho é referenciado em publicações especializadas, o Brasil é o último de uma lista de trinta. Convém alertar que esse indicador encara o país como um todo, não levando em consideração a instituição onde a pesquisa é realizada. Nas faculdades/institutos públicos, a produção científica é fortemente concentrada e as universidades estaduais são mais produtivas do que as federais.

A contratação do professor visitante estrangeiro pode contribuir significativamente, não só na área de pesquisa, mas também em projetos de ensino, de extensão, nos intercâmbios e convênios internacionais. Todavia, convém comentar que muitas vezes o professor visitante desconhece a língua portuguesa; também a adaptação às condições geográficas e climáticas soma desfavoravelmente, a curto prazo, à realização de seu trabalho. Além do que já foi comentado, é imprescindível analisar a universidade brasileira no atual contexto político e econômico. Todos somos sabedores da crise pela qual a universidade passa: falta de infra-estrutura, carência de investimentos e sobretudo falta de recursos humanos e/ou equivocadamente distribuídos. Devido às mudanças na Previdência Social, atropelando conquistas históricas dos trabalhadores, grande número de professores titulares se aposentam integral ou proporcionalmente e migram para a iniciativa privada, que geralmente pouco investe em recursos humanos. Os professores e pesquisadoras não

são repostos através de concurso. O expediente convencional utilizado é a aplicação da Lei n.º 8745/93 - professor substituto e professor visitante. A contratação temporária desses profissionais desobriga o Estado de realizar concursos. O contrato temporário desobriga o professor de ter um comprometimento com a instituição. Afinal, tem curta duração e destina-se única e exclusivamente à prestação de serviços na área de ensino. Arelada a essa carência de recursos está a contratação do professor visitante. O projeto neoliberal, a globalização da economia e o descomprometimento do Estado com o social estão presentes em praticamente todos os países da América Latina. O desemprego, os baixos salários, as péssimas condições de trabalho geram a migração de profissionais. Os docentes de países vizinhos - Uruguai, Cuba, Argentina, Chile e Venezuela - neste momento histórico, percebem salários inferiores em seus países, o que possibilita a contratação e a exploração desses profissionais pela universidade brasileira, que, além de nem sempre oferecer condições adequadas de trabalho, paga salários inferiores aos que paga aos professores do quadro de carreira, que têm as vantagens pessoais.

Assim sendo, está-se diante de um dilema contraditório. Se de um lado a contratação do professor visitante pode contribuir, abrir novas perspectivas de frentes de trabalho e manter intercâmbio cultural entre universidades com concepções e formas diversificadas de trabalho, de educação e de visão de mundo, por outro ângulo, pela forma atual de condução das políticas públicas, cabe indagar: até que

ponto essa contratação se constitui num passo para o esfacelamento da universidade pública? Até que ponto os professores e pesquisadores estrangeiros podem contribuir efetivamente com a universidade brasileira?

2 - Investigação

2.1 - Caracterização da metodologia

Com o imperativo de conhecer um pouco sobre o professor e pesquisador visitante estrangeiro em exercício na universidade brasileira e abrir horizontes para a realização de estudos nessa linha, realizou-se, durante o ano de 1998, no Departamento de Educação e Ciências do Comportamento da Fundação Universidade do Rio Grande, uma investigação que objetivou:

- caracterizar o perfil do professor visitante estrangeiro;
- reconhecer a abrangência e o tipo de trabalho que esse profissional exerceu em instituições no seu país de origem, bem como a importância dessas instituições no cenário nacional e internacional;
- identificar os motivos para esse profissional, altamente qualificado, deixar seu país e ingressar na universidade brasileira;
- analisar as possíveis diferenças de concepção em relação à universidade brasileira que esse profissional apresenta quando comparadas às opiniões de docentes de diferentes países;

- analisar a contribuição que o professor e pesquisador visitante estrangeiro traz à universidade brasileira.

A população da pesquisa foi composta por docentes pesquisadores estrangeiros em exercício nas quatro universidades públicas do Rio Grande do Sul: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal de Santa Maria, Universidade Federal de Pelotas e Fundação Universidade do Rio Grande. Esses profissionais, que totalizam 39 professores, estão lotados em diferentes faculdades, institutos e departamentos (Letras, Artes, Oceanografia, Química, Física, Ciências Morfo-Biológicas, Medicina, Geociências, Educação, Matemática, Meteorologia, Arquitetura e Urbanismo, Música, Filosofia, Estatística, Línguas Modernas, Desportos e Farmácia) e são procedentes do Uruguai, Cuba, Canadá, Chile, Venezuela, Peru, Rússia, Alemanha, Portugal, Albânia, Estados Unidos, Inglaterra e China. A amostra foi intencional, de modo a contemplar docentes de variadas áreas do conhecimento humano, professores procedentes dos continentes americano, europeu e asiático e em atuação em diferentes faculdades/institutos/departamentos das universidades públicas. Atendendo esses requisitos, participaram da amostra 19 professores (49%), assim distribuídos: três da UFRGS, três da UFSM, cinco da UFPel e oito da FURG. Os docentes que participaram da amostra são procedentes: do continente americano (Estados Unidos, Canadá, Cuba, Venezuela, Peru, Chile e Uruguai), continente europeu (Portugal, Espanha, Alemanha, França, Inglaterra e Rússia) e continente asiático (China), e são das seguintes áreas:

Geociências, Biociências, Letras e Artes, Física, Arquitetura e Urbanismo, Música, Meteorologia, Educação, Química, Medicina, Línguas Modernas e Desportos.

Utilizou-se, como instrumento básico para coletar as informações, uma entrevista semi-estruturada, o que possibilitou o diálogo entre pesquisador e entrevistado. O roteiro do instrumento está anexo e buscou abranger os objetivos propostos para a investigação. As entrevistas foram realizadas pelo próprio investigador, no local de trabalho do respondente, e foram gravadas com o consentimento do entrevistado. As respostas foram transcritas e categorizadas. Além do instrumento básico, foram analisados relatórios de atividades, projetos de pesquisa, extensão e *curriculum vitae*. Após a confecção, o relatório foi apresentado para alguns dos professores entrevistados para ser analisado e discutido e para complementar informações.

2.2 - Análise dos dados e inferências

Analisando-se os dados globais fornecidos pelas universidades federais, evidencia-se que:

- quanto maior a instituição (número de alunos, professores e funcionários), menor é o número de professores e pesquisadores visitantes estrangeiros (a UFRGS conta com quatro professores, o que corresponde a 10%), denotando que a instituição possui quadro de recursos humanos próprio e qualificado para as atividades de ensino, pesquisa e extensão;

- quanto menor o porte da instituição, maior é o número de professores e pesquisadores visitantes (a FURG conta com 17 professores, o que corresponde a 44% de professores estrangeiros), sendo esta a instituição que possui o maior número de professores procedentes da América Latina;
- aproximadamente 73% dos professores visitantes da Universidade Federal de Pelotas são procedentes da Rússia; destes, 71% atuam na Faculdade de Meteorologia;
- todos os professores visitantes em exercício na UFRGS são procedentes de países centrais (Estados Unidos, Canadá, Alemanha e Inglaterra);
- aproximadamente 70% dos professores visitantes estrangeiros são lotados nas áreas das ciências exatas (Geociências, Meteorologia, Química). A maior incidência nas ciências humanas é na área de Letras, na qual 74% dos professores são do sexo masculino;
- aproximadamente 50% do total dos docentes são procedentes da Rússia ou outros países da antiga União Soviética; a UFRGS é a única instituição que não conta com professor e pesquisador visitante desses países.

A faixa etária dos docentes e pesquisadores componentes da amostra oscila de 32 a 77 anos. Os pesquisadores da UFRGS são os mais idosos (54, 73, 77 anos), enquanto os mais jovens (32, 35, 36 anos) estão lotados na FURG. No que se refere

ao estado civil, há duas contradições: muitos dos professores russos são casados e seus cônjuges também estão em exercício nas universidades como professores e pesquisadores estrangeiros; os não-casados (solteiros, divorciados, separados) são mais freqüentes entre os docentes dos outros países; média de filhos é extremamente baixa (dois filhos por casal). No que se refere à titulação, apenas dois dos entrevistados são mestres; os demais são doutores. Vários têm pós-doutorado em sua área. Os títulos dos docentes procedentes da América do Norte e Europa foram obtidos em seus países de origem, enquanto os professores procedentes da América Latina e Ásia realizaram o curso em países da Europa (Alemanha), Estados Unidos e no Brasil, o que demonstra a tradição dos nossos cursos de pós-graduação. De acordo com *Lampert (1998)*, devido à promulgação da Lei 5540/68 - Reforma Universitária, que estabeleceu mecanismos para disciplinar a estrutura e o funcionamento desses programas, a pós-graduação ganha fôlego, campo e perspectivas. Se por um lado a Reforma Universitária é muito questionada, pela forma como foi apresentada e pelo conteúdo explícito e implícito, por outro lado a introdução da pesquisa, especificamente através dos programas, foi um marco importante na educação brasileira.

Aproximadamente a metade dos professores e pesquisadores da amostra exerceram atividades de ensino e pesquisa em institutos e/ou universidades de renome internacional. Um dos entrevistados era organizador de eventos culturais da Unesco. Alguns, antes de ingressarem na

universidade brasileira, tiveram passagem em instituições de outros países como professores visitantes ou pesquisadores. Três pesquisadores são aposentados em seus países de origem (Inglaterra e Estados Unidos). Com raras exceções, os entrevistados, pelo fato de serem jovens, têm pouca experiência em docência do ensino superior ou no campo da pesquisa. Alguns realizaram pesquisas coletivas sobre enfoques regionais de cunho científico e social. Os professores latinos, excluindo-se Cuba - onde a investigação é sistemática, "como obligación del cuerpo docente (a través de la atribución de un fondo de tiempo para este fin" (*Fernández González & Núñez Jover, 1997, p.17*) - pouco realizaram nesse campo, pois a pesquisa não se constitui em práxis e a universidade, normalmente, tem carência de infra-estrutura para investir nessa área. Dados apresentados por Restrepo, citados por *García Guadilla (1997)*, mostram que, em 1980, a América Latina só participava de 2% do total mundial de investimentos na área de ciência e tecnologia. Em 1990 o índice baixou para 1%, enquanto na Ásia subiu de 15% para 21%.

Os salários dos professores nas universidades de origem, exceto os dos procedentes dos países centrais (Alemanha, Estados Unidos, Canadá e Inglaterra) eram extremamente baixos, oscilando entre 50 e 1 000 dólares americanos por uma jornada que nem sempre corresponde a tempo integral. Convém frisar que, segundo verbalizações de entrevistados, em países de economia planificada, isto é, sob intervenção da ativação do poder estatal enquanto manifestação do capitalismo burocrático (Cuba, Rússia e China), a repro-

dução das condições sociais de vida da classe operária é de baixos custos financeiros, devido à socialização "aparente" e taxação dos bens advindos das mesmas. Tal processo se manifesta num melhor fornecimento dos bens de consumo coletivo (exemplo: instituições de ensino, pesquisa, extensão, cultura, saúde, desportos, etc.). Mesmo com uma certa vantagem social em relação ao subsídio estatal dos bens de consumo coletivo e às redes técnicas, as populações proletárias e os pequenos proprietários rurais e pequenos proprietários pesqueiros ainda lutam por uma maior liberdade política, jurídica e econômica. Ressalta-se que tal processo culmina com a derrocada do socialismo soviético, que pensam ser na sua essência um capitalismo burocrático. Cabe esclarecer que, para os efeitos deste trabalho, considera-se a Rússia como país de economia planificada, pois seu sistema de ensino ainda está moldado segundo esses princípios, mesmo que a política econômica tenha sofrido rupturas significativas a partir do esfacelamento do bloco soviético em 1989.

Entre os motivos pelos quais a universidade de origem se destaca no cenário internacional e/ou nacional, aparecem os seguintes: oferecer várias carreiras; estar engajada nas questões sociais; ter sido a primeira universidade instalada na floresta, servindo de modelo à criação de outras; ser uma universidade tradicional, com aproximadamente 180 anos de existência; ter convênios com várias instituições de projeção internacional, inclusive empresas multinacionais; ter o melhor hospital do país. Apenas três universidades tiveram sua origem no século XIX, e uma esteve fecha-

da por um certo período durante a ditadura militar. As demais foram criadas a partir da década de 40, e sua história está sendo construída. À exceção de alguns pesquisadores (um deles com a publicação de 100 artigos em periódicos internacionais e um pesquisador latino que teve 33 vezes suas obras referenciadas em trabalhos internacionais), poucos são os casos em que o docente tenha uma produção científica de reconhecimento internacional e que tenha atuado em cursos de pós-graduação em seu país de origem.

No tocante ao ingresso na universidade brasileira, os motivos são diversificados entre os docentes. Há os que, devido às dificuldades políticas e econômicas de seu país, decidiram imigrar. Outros, por terem experimentado a vida no exterior, quando da realização do curso de pós-graduação, resolveram não voltar ao país de origem. Há os que vieram em busca de melhores salários e perspectivas de realização de pesquisas ou por estarem desempregados. Há os que ingressaram pelo motivo social - o professor compartilha o seu salário com a universidade (Cuba) - e os que foram convidados por laços afetivos ou por estarem realizando pesquisas de interesse da universidade brasileira, e os que aspiram a viajar por outros países e conhecer a cultura brasileira. Praticamente todos os docentes prorrogaram seu contrato, permanecendo o tempo máximo permitido, ou seja, quatro anos. Há três casos que fogem a essa regra devido ao programa de professor visitante da CAPES. Um dos pesquisadores está há onze anos e outro há cinco.

Em relação à atuação do professor visitante na universidade brasileira, há uma posição divergente: os docentes das áreas sociais, geralmente, atuam no curso de graduação e possuem uma carga horária de aulas muito grande. Assim mesmo, empenham-se para realizar pesquisas e trabalhos de extensão, porém as condições de infra-estrutura (biblioteca, falta de verbas, materiais, equipamentos, instrumentos musicais, laboratórios e salas de permanência) são empecilhos. Para *Giannotti (1985)*, o crescimento rápido e atabalhado do ensino superior teve como conseqüências: universidades mal-aparelhadas, laboratórios ineficientes, bibliotecas paupérrimas e professores incompetentes. Por sua vez, os professores das ciências exatas nem sempre estão envolvidos com aulas na graduação e pós-graduação. Dedicam-se prioritariamente à pesquisa e apontam as boas condições de infra-estrutura, muitas vezes superiores às da universidade do primeiro mundo, como possibilidades de realizar boas investigações. Essas ilhas de excelência, mais características das ciências exatas e em número reduzido, conseguem produzir pesquisas de ponta e captar fundos fora do repasse do governo para financiar pesquisas.

Os professores pesquisadores das áreas de ciências exatas obtêm com mais facilidade financiamentos para seus projetos (CNPq, Fapergs, Padct, organizações não-governamentais e iniciativa privada) do que os da área social. Esse fenômeno é explicável pelo fato de que, na globalização financeira e econômica, o investimento da educação é calculado em termos de retorno econômico e não mais pelo mérito de

formar cidadãos críticos, produtivos, capazes de criar projetos alternativos de mudança paradigmática. A educação é vista como treinamento de habilidades, algo materialista, pragmático, útil e rentável ao mercado, por sua vez desprovido de ética, moralidade e solidariedade. Segundo *Martínez (1998)*, a ausência da ética, da moral e da solidariedade, num sistema excessivamente materialista e prático, está aumentando os riscos e as incertezas das sociedades, gerando graves problemas e ampliando o vazio existencial. Além desse "privilégio", fato semelhante acontece quando os entrevistados são interrogados sobre o aluno da universidade brasileira. Os docentes das ciências humanas verbalizam que estranham o comportamento de certos alunos, que geralmente são impontuais, não-assíduos, conversam durante a aula com os colegas, ocupam-se de outros assuntos, não são muito receptivos à aprendizagem e têm ausência de profissionalismo. Alguns agem como "amadores". Reclamam de tudo e de todos. Há os discentes que cursam duas faculdades ao mesmo tempo. Os alunos das ciências exatas, por sua vez, segundo as entrevistas, são disciplinados, prestativos, receptivos e desejam ser bons profissionais. Esse fenômeno é observado tanto nos cursos de graduação quanto nos programas de pós-graduação. Essa constatação merece análise e estudos investigativos. Na literatura brasileira, diferentes autores (*Pais, 1983; Silva, 1988; Catani et al., 1986; Lampert, 1994*), quer de forma explícita ou implícita abordam essa questão e assinalam a necessidade de se rever com urgência essa problemática. *Carvalho & Vianna (1988, p. 144)* chegam a afirmar "que a licenciatu-

ra é, portanto, o curso desprezado, com alunos de 'pior formação', aqueles que não têm 'queda' para a pesquisa, ou até mesmo aqueles que não querem nada". Por sua vez, os docentes entrevistados deixam claro que, diante da postura do professor, estabelecendo limites e exigindo, os alunos mudam seus comportamentos e correspondem às expectativas. Assim, estamos diante de um dilema: de quem é a verdadeira responsabilidade? Do aluno? Do professor? Ou de ambos?...

Além desse conflito, apontado como um dos obstáculos, os docentes entrevistados apontam como maior entrave a língua. Vários professores chegaram ao Brasil sem saber uma única palavra em português. Isso, para a aprendizagem de língua (espanhol, francês, inglês e alemão), pode ser considerado altamente benéfico, porém em outras áreas causou constrangimentos. A carência de literatura específica na biblioteca (francês, espanhol, etc.) e a falta de infra-estrutura (laboratórios de línguas) são outros empecilhos que os professores apontam para a realização de um bom trabalho. Um professor pesquisador da área de ciências exatas relata que teve que investir o seu próprio salário para criar, equipar e manter o básico em um laboratório. A burocratização no processo de contratação ou na aquisição de equipamentos, que ficam retidos na Alfândega, quando da assinatura de convênios e intercâmbios, e a impossibilidade de o professor visitante coordenar certos projetos ou orientar dissertações em certas instituições por não ser efetivo, são apontadas com frequência como obstáculos que os docentes visitantes encontram na universidade brasileira.

Observa-se ainda que professores de países centrais se queixam com certa frequência da habitual falta de pontualidade no exercício das atividades nas universidades, ao mesmo tempo em que vêem proliferar reuniões improdutivas, que por sua vez refletem o engessamento burocrático de nossas instituições.

No que tange às convergências entre a universidade brasileira e as instituições universitárias do exterior, os entrevistados assinalam que:

- todas as universidades tentam mostrar à sociedade o seu trabalho (ensino, pesquisa e extensão), porém as formas de comunicação com os segmentos sociais é que varia. Alguns institutos utilizam mecanismos sofisticados (Internet, periódicos); outros, formas mais primitivas de comunicação;
- todas as universidades procuram se avaliar periodicamente, em busca de mais eficácia, dinamismo e atualização.

Quanto às diferenças entre as universidades, para facilitar a interpretação, serão agrupadas em instituições de países desenvolvidos, de economia planejada e as latinas. Nos países industrializados, a universidade recebe, além dos subsídios governamentais, outras receitas (alunos, comunidade, órgãos não-governamentais e iniciativa privada). A pesquisa é sistemática, podendo gerar receita, porém existem as escolas superiores que não necessariamente desenvolvem investigações. Todos os pesquisadores são obrigados a produzir. Os alunos são mais bem

preparados e há uma maior exigência em termos de qualidade do ensino. Os alunos são acostumados a trabalhar de forma independente e não existe a qualificação para a tese. A relação aluno/professor é formal e não existe a figura do professor substituto. As bibliotecas normalmente são bem equipadas, com acervo atualizado. Nos países de economia planejada (Cuba, China e Rússia), as condições de infra-estrutura, muitas vezes aquém do necessário, são socializadas, mas as exigências em termos de qualidade de ensino são maiores. Há uma planificação entre escola e mercado de trabalho, enquanto que no Brasil, segundo a tese de Sampaio (*Rossetti, 1998*), novas carreiras são criadas no setor privado do ensino superior sem relação direta com as exigências do mercado, simplesmente para atrair estudantes. Em Cuba, na Rússia e na China, os alunos, pelas normas institucionais, são obrigados a ter rendimento satisfatório nas provas e exames, e não existem as práticas comuns em nossa universidade: evasão, trancamento, cancelamento e reprovações sucessivas. As universidades criam investimentos próprios (fazendas, laboratórios) para produzir e vender, como forma de aumentar a receita da instituição. As universidades latinas, excluindo-se a brasileira e a cubana, com raras exceções, pouco produzem em termos de pesquisa, pois esta não se constitui em práxis. As condições de infra-estrutura geralmente não são as melhores, e há a desobrigação do Estado com as universidades. A presença de programas de pós-graduação está sendo implementada a partir da década de 70. *García Guadilla (1991)* analisa o impac-

to positivo que esses programas tiveram na formação de recursos humanos e na solução de problemas regionais. Através dos dados do CRESALC/UNESCO, o autor demonstra o crescimento de matrículas desses cursos, de 1980 a 1988, em alguns países da América Latina (Brasil, Chile, Colômbia, México e Venezuela). Os professores nas universidades públicas percebem salários inferiores; as mudanças curriculares são muito lentas e os currículos escolares muitas vezes são defasados e divorciados da realidade.

Os professores visitantes contribuem com a universidade brasileira no ensino, na pesquisa, em serviços de extensão, na produção científica, em projetos de intercâmbio internacional, na abertura de convênios internacionais e em questões de infra-estrutura. Vários professores colaboram em campanhas de doação de livros e periódicos à biblioteca. Dois entrevistados da área de ciências exatas utilizaram parte de seu próprio salário para montar e equipar laboratórios, até então inexistentes ou inexpressivos. Há unanimidade dos entrevistados ao afirmar que colaboraram no processo de aprendizagem dos alunos, disciplinando-os, fazendo-os pensar, refletir, investigar, experimentar, construir e escrever cientificamente. Praticamente todos os professores realizaram pesquisas sistemáticas em sua área de conhecimento e publicaram livros que servirão de complemento à aprendizagem; há os que publicaram regularmente artigos em periódicos nacionais e internacionais. Vários desses profissionais idealizaram a pesquisa em departamentos/institutos, uma vez que até

então a instituição não tinha tradição nessa área. Um grupo menor de entrevistados consegue financiamentos aos projetos, o que possibilitou melhores condições de infra-estrutura. Um dos entrevistados verbaliza que, graças ao seu esforço e o de colegas, o instituto constituiu-se hoje em centro de excelência, o que abre muitas perspectivas para o presente e futuro. Enquanto um docente menciona que produziu várias composições para orquestra sinfônica, de câmara e violoncelo, e que a sua música é tocada em todo o mundo, outro docente possui projetos de intercâmbio internacional com vários países (Espanha, Inglaterra, Canadá, Egito, Tanzânia, Alemanha e China). Praticamente todos os professores, de uma ou outra forma, realizaram serviços de extensão: palestras, conferências, simpósios, visitas à comunidade, laboratórios e excursões geológicas.

Indagados sobre a realidade, desafios e perspectivas da universidade brasileira, a argumentação dos entrevistados é contraditória. Grande parte dos professores afirmam que os problemas da universidade brasileira são semelhantes aos de outras instituições do exterior, e que a universidade brasileira é muito jovem, o que dificulta a resolução de uma série de obstáculos. Os professores, principalmente das áreas humanas e sociais, são do parecer de que, para a universidade brasileira melhorar seu nível de ensino, é condição exigir mais do aluno, estabelecendo-se limites. Há os que consideram que o problema brasileiro está no ensino básico. "Adianta investir tanto dinheiro no ensino superior se os alunos não são preparados no

ensino básico?" (questiona uma das entrevistadas). Investir em bibliotecas e equipamentos, mas principalmente na formação de recursos humanos de alto nível, é a saída apontada por vários entrevistados para a melhoria da universidade brasileira. Aliado a essa questão, professores mencionam o fato de que, em determinadas áreas, a universidade investe muito dinheiro, em detrimento de outras, sem que haja um retorno à sociedade. São as pesquisas específicas em determinados campos das ciências exatas, cujo resultado a curto/médio prazo não altera a conjuntura política, econômica e social. Além de receber verbas do governo, a universidade deve gerar seus próprios recursos – é o que os entrevistados de países industrializados e de economia planificada ponderam com frequência – pois do contrário a universidade não conseguirá sobreviver.

2.3 - Considerações finais

O convívio com professores e pesquisadores de faixas etárias variadas, envolvidos com as principais áreas do conhecimento humano, com trajetórias culturais/profissionais/pessoais enriquecidas e diferenciadas, com sonhos/aspirações distintas a realizar, oriundos de países de diferentes continentes, sedentos em mostrar o que já é/ou deixam realizado em seus e outros países, deixando clara a sua contribuição valiosa à universidade brasileira, é um ponto que merece ser mencionado, pois levou o autor deste estudo ao crescimento pessoal e profissional. Além disso, é mister analisar essa problemática sob prisma político, econômico, social, pedagógico e cultural e levantar interrogações para estudos ulteriores.

- É inquestionável a contribuição de professores e pesquisadores estrangeiros de notório saber para enriquecer nossa universidade. São profissionais que preenchem hiatos em determinadas áreas, ainda deficitárias. Por outro lado, a universidade deixa de formar seu quadro próprio e permanente de recursos humanos, provoca fuga de nossos cérebros e aumenta, mesmo que em cifra insignificante, a taxa de desemprego.
- Os professores jovens, parcela significativa da amostra, apesar da pouca experiência, são capazes de destacar-se, pelo alto grau de formação, idealismo e desejo de realização, características desse estágio de desenvolvimento humano. No caso do contingente de profissionais da Rússia, cuja contribuição é indiscutível, o governo brasileiro tem a vantagem de não investir em sua formação, pois ingressam qualificados e imigram de um sistema mais rigoroso do que o nosso, de um país que atualmente está mergulhando em sucessivas crises políticas, econômicas e sociais.
- Sob o ângulo pedagógico, foi possível evidenciar, pela fala dos entrevistados, que grande parte dos professores e pesquisadores não tem formação pedagógica. Muitos utilizam-se do paradigma orientado para a pesquisa (Kincheloe, 1997), que enfatiza o cultivo de habilidades de investigação sobre o ensinar. Esses profissionais, referenciando-se o trabalho de Morosini (1990), enquadram-se principalmente nas categorias de professor profissional (que busca formar profissionais para o mercado de tra-

balho) e científico (que prioriza a pesquisa), ficando o professor transformador social (aquele que se envolve politicamente em movimentos sociais) de lado. Dessa forma, os modelos napoleônico e humboldtiano, altamente favoráveis à manutenção do *status quo* e do projeto neoliberal, são utilizados em detrimento da democratização, que é capaz de transformar a universidade brasileira.

- O aspecto cultural merece atenção especial. Se de um lado esses profissionais colaboraram com o ensino, a pesquisa, a produção científica, a música, serviços de extensão, traços culturais, por outro tiveram o privilégio de aprender uma língua, conhecer/compartir uma cultura heterogênea, com peculiaridades regionais variadas, que valoriza o esporte, o lazer, o sexo, a religião, a vida, enfim, e que diverge em muitos aspectos tanto da cultura

de países latinos quanto da América do Norte, Europa e Ásia.

Concluindo, o desejo do autor é deixar claro que este trabalho não é conclusivo. Constitui-se no marco inicial de problematização, de questionamentos e de investigações, para que outros pesquisadores sociais se debrucem para explorar melhor e mais profundamente essa temática e deixar claro que, com a presença ou não de professores visitantes estrangeiros, precisamos nos empenhar para que a universidade brasileira seja calcada em valores, mas que lance mão da ciência e da tecnologia para a superação dos problemas econômicos, sociais e políticos crônicos; que respeite o meio ambiente, o multiculturalismo, e que considere o homem em sua totalidade, como cidadão do mundo, capaz de redesenhar a história. **ESSE É O GRANDE DESAFIO DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA.**

ABSTRACT

This work, which contains two different sections connected between themselves, discusses the action of the foreign visiting professor at the public universities in the state of Rio Grande do Sul - Brazil. In the first section, legal aspects of contracting these professionals and the controversial effects of this process are presented. The second section focuses the methodology, the analysis of data, the inferences of this study and the conclusive comments of this work.

Keywords: *Foreign professor and researcher – Visiting professor – Brazilian university – Research.*

RESUMEN

El estudio, que abarca dos partes distintas, pero relacionadas entre sí, aborda al profesor y al investigador visitante extranjero en ejercicio en las universidades públicas del Estado del Rio Grande do Sul. En el seguimiento de naturaleza teórica son descritos los preceptos legales de contratación de esos profesionales y analizados los efectos contradictorios de este proceso. La Segunda parte enfoca la metodología usada, el análisis de datos, las inferencias de la investigación y consideraciones finales decorrientes de este estudio.

Palabras – clave: *Profesor y investigador extranjero – Universidad brasileña – Pesquisa.*

Referências Bibliográficas

- BALL, S.J. Cidadania global, consumo e políticas educacionais. In: SILVA, L.H. (Org.) *Escola cidadã no contexto da globalização*. Petrópolis, RJ.: Vozes, 1998.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, DF.: Senado Federal, 1988. 292p.
- BRASIL. Lei nº 5.540, de 28 de novembro 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. *Lex: Coletânea de Legislação: Legislação Federal e Marginália*, São Paulo, v.32, p.1433-40, out./dez. 1968. Publicado no DO. de 29 nov.1968.
- BRASIL. Lei nº 8.745, de 09 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, v.131, n.235, p.18937-8, 10 dez.1993. Seção 1.
- CARVALHO, A.M.P., VIANNA, D.M. A quem cabe a licenciatura. *Ciência Hoje*, São Paulo, v.40, n.2, p.143-7, fev.1988.
- CASTRO, C.M. Modelo de Educação. *Veja*, São Paulo, v.31, n.33, p.110-5, ago.1998.
- CATANI, B. et al. *Universidade, escola e formação de professores*. São Paulo: Brasiliense, 1986. 199p.
- DURHAM, E.R. O ensino superior na América Latina: tradições e tendências. *Novos Estudos*, São Paulo, n.51, p.91-105, jul. 1998.
- FERNÁNDEZ GONZÁLES, A., NÚÑEZ JOVER, J. Posgrado y desarrollo: la experiencia cubana. *Pró-posições*, Campinas, SP, v.8, n. 22, p.16-26, mar. 1997.
- FUNDAÇÃO COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DO NÍVEL SUPERIOR. *Programa de professor visitante*. Brasília, DF. 1996.
- GARCÍA GUADILLA, C. Posgrados y nuevos contextos para el caso de America Latina. *Educación Superior y Sociedad*, v.2, n.1, p.88-103, 1991.
- GARCÍA GUADILLA, C. Universidade latino-americana: da casela vazia ao cenário socialmente sustentável. Tradução por Neide Luzio de Rezende. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.101, p. 82-112, jul.1997.
- GIANNOTTI, J.A. A universidade e a crise. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v.37, n.7, p.235-44, jul. 1985. Suplemento: BORI, C.M. (Org.) *Universidade brasileira: organização e problemas*.

- INÁCIO FILHO, G. A universidade no Brasil. *Educação e Filosofia*, Uberlândia, MG., v.3, n.5e6, p.191-205, jul. 1988/ jun. 1989.
- KINCHELOE, J.L. *A formação do professor como compromisso político: mapeando o pós-moderno*. Tradução por Nize Maria Campos Pellanda. Porto Alegre, RS.: Artes Médicas, 1997. 262p. (Educação, teoria e crítica)
- LAMPERT, E. *Curso de Pedagogia: análise crítica*. Momento, Rio Grande, RS., v.7, p.113-22, jan./dez. 1994.
- LAMPERT, E. A globalização e os desafios da universidade pública. *Universidade e Sociedade* [São Paulo], v.8, n.15, p.94-9, fev. 1998.
- LAMPERT, E. A globalização e os desafios da universidade pública na América Latina. *Cadernos de Educação*, Pelotas, RS., v.7, n.10, p.107-17, jan./jun. 1998.
- LAMPERT, E. O Mercosul e a Universidade do século XXI. *Pró-Posições*, Campinas, SP, v.8, n.22, p.5-15, mar. 1997.
- LAMPERT, E. A pesquisa na pós-graduação em Educação. *Revista da FAEEDA*, Salvador, BA., v.7, n.9, p.179-91, jan./jun. 1998.
- MARTÍNEZ, R. Neoliberalismo já não guarda os países ricos. *Correio do Povo*, Porto Alegre, RS., 1998.
- MOROSINI, M. *Seara de desencontros: a produção do ensino na universidade*. Porto Alegre, 1990. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- PAIS, C.T. Problemas e proposições concernentes aos bacharelados e licenciaturas em Letras e à sua articulação com o ensino de primeiro e segundo graus. *Ciências e Cultura*, São Paulo, v.335, n.9, p.1264 - 73, set. 1983.
- PAIVA, E., LIMA, M. À espera da reforma. *Veja*, São Paulo, v.31, n.28, p.38-43, jul. 1998.
- PETRUCI, M.G.R.M., TELLES, H.M. Avaliação de um curso de licenciatura: percepção de alunos e ex-alunos. *Didática*, São Paulo, v.24, p.79-85, jan./dez. 1988.
- ROSSETTI, F. Declaração reflete dilemas mundiais do ensino superior. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 12 out. 1998. *Cotidiano/Educação*, p.4 -2.
- ROSSETTI, F. Faculdade divide cursos para somar alunos. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 8 set. 1998. *Cotidiano*, p. 3 -6.
- ROSSETTI, F. País tem menos cientistas que a Bolívia. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 8 out. 1998. *Cotidiano/Educação*, p.3 -3.
- SILVA, C.S.B. A reforma universidade e o curso de Pedagogia: determinações e limites. *Didática*, São Paulo, v.24, p.31-45, jan./dez. 1988.
- STAMATO, M.I.S. Educação comparada Brasil/Canadá: o ensino no século XIX. *Revista da FAEEDA*, Salvador, BA., v.7, n.9, p.211-27, jan./jun. 1998.